

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2025
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 30/09/2025.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e **quadrimestrais** publicados no Portal Público, Mural da Prefeitura e Jornal do Comércio, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as aplicações financeiras, operações de crédito, alienação de investimentos temporários e permanentes e outras receitas de capital não primárias, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Setembro/2024 a Agosto/2025, o resultado primário apurado SEM RPPS foi de R\$10.458.859,84. Houve um desempenho **favorável** demonstrando que as receitas fiscais arrecadadas foram **suficientes** para suportar integralmente as despesas fiscais pagas.

O Resultado Nominal sem RPPS abaixo da linha apurado, resultante da diferença do saldo da Dívida consolidada líquida dos exercícios de 2024 e 2025 totalizou R\$14.994.926,46.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada para o Exercício - Atualizada	Realizada no Período - Arrecadada
Receitas Correntes	215.314.765,19	159.683.186,58
(-) Rendimentos de Aplicações	(2.912.970,88)	(3.215.488,19)
(-) Outras Receitas Financeiras	(0,00)	(16.314,68)
1 (=) Receitas Fiscais Correntes	212.401.794,31	156.451.383,71
Receitas de Capital	4.214.473,16	2.724.093,11
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	(136.027,93)	(73.792,11)
(-) Alienação de Investimentos	0,00	0,00
2 (=) Receitas Fiscais de Capital	4.078.445,23	2.650.301,00
3 Receitas Fiscais Líquidas (1+2)	216.480.239,54	159.101.684,71

DESPESA	Dotação Atualizada do Exercício	Despesa - Paga no período
Despesas Correntes	236.142.682,39	135.604.874,22
(-) Juros e Encargos da Dívida	(2.356.837,44)	(1.222.561,81)
4 (=) Despesas Fiscais Correntes	233.785.844,95	134.382.312,41
Despesas de Capital	22.760.380,49	3.480.551,18
(-) Concessão de Empréstimos	(1.000,00)	0,00
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	(2.370.796,12)	(1.276.697,26)
5 (=) Despesas Fiscais de Capital	20.388.584,37	2.203.853,92
6 Reserva de Contingencia	396.717,16	0,00
7 Despesas Fiscais Líquidas (4+5+6)	254.571.146,48	136.586.166,33
8 Resultado Primário (3 - 7)	(38.090.906,94)	22.515.518,38

Fonte: Relatórios Contábeis.

2. RECEITA

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2025 no montante de R\$ 283.386.900,84. A receita efetivada no período de Janeiro a Agosto de 2025 foi de R\$ 203.604.350,86 tendo sido arrecadado, portanto, 71,85% da meta anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realizada no Período
1 e 7– Receitas Correntes	306.535.568,85	225.155.240,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.549.237,55	31.800.091,42
Receita de Contribuições	10.624.745,50	5.931.754,10
Receita Intra-Orçamentária	31.553.812,53	13.300.884,90
Receita Patrimonial	24.010.148,32	25.373.316,58
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviço	578.477,85	132.091,12
Transferências Correntes	198.141.152,09	146.108.302,17
Outras Rec. Correntes	3.077.995,01	2.508.799,76
2 – Receitas de Capital	4.214.473,16	2.724.093,11
Operações de Crédito	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amort. de Empréstimos	136.027,93	73.792,11
Transfer. De Capital	4.078.445,23	2.650.301,00
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita	27.363.141,17	24.274.982,30
Total da Receita	283.386.900,84	203.604.350,86

3. DESPESA

As despesas liquidadas do exercício junto ao valor repassado ao RPPS, no acumulado no 2º quadrimestre de 2025 totalizaram R\$ 166.113.245,91 valor equivalente a 58,62 % da previsão para o exercício. O total das despesas correntes Liquidadas foi de R\$162.462.490,29 e as despesas de capital totalizaram R\$ 3.650.755,62.

Despesa Liquidada	Programada no Exercício (Atualizada)	Despesa Liquidada no Período
Despesas Correntes	246.701.927,09	147.311.317,17
Pessoal e Encargos Sociais	148.128.202,09	96.156.157,52
Juros e Encargos da Dívida	2.356.837,44	1.222.561,81
Outras Despesas Correntes	96.216.887,56	49.932.597,84
Despesas de Capital	22.860.380,49	3.650.755,62
Investimentos	20.488.584,37	2.374.058,36
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00
Amortização da Dívida	2.370.796,12	1.276.697,26
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
Despesa Intra-Orçamentária	31.640.755,30	15.151.173,12
Reserva de Contingencia	21.954.379,65	0,00
Despesa Total	323.157.442,53	162.462.490,29

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Secretaria do Tesouro Nacional, considerando os poderes executivo e legislativo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Setembro/2024 a Agosto/2025) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está % 53,22 abaixo do limite prudencial de 57%, respectivamente, o limite de comprometimento **de 51,68 % para o Executivo e 1,90 % para o Legislativo.**

QUADRO 4 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	122.440.344,70	51,68%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	4.988.803,26	2,11%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	127.429.147,96	53,79%	57,00%	60%

- O índice de Despesa com Pessoal calculado acima se refere ao 2º Quadrimestre de 2025. Para esse cálculo foram considerados os últimos 12 meses, sendo o índice do Executivo está acima do limite Prudencial.
- Esse índice foi calculado com base na Receita Corrente Líquida Ajustada do 2º quadrimestre/2025 que foi de R\$236.918.317,65
- O Índice da Câmara Municipal foi extraído do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre/2025.

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, calculadas com base na metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, no acumulado do ano, totalizaram R\$27.677.564,58 o que corresponde a 23,41% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município **não atendeu** o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde, calculados com base na metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, atingiram o montante de R\$26.920.639,85 o que corresponde a 23,29 % sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, que o Município **atendeu** o limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

7. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que: o Resultado Primário realizado **foi superior** ao estabelecido para o período; o índice legal para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino ficou abaixo do mínimo exigido; e o índice legal estabelecido para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino ficou abaixo do mínimo exigido.

Secretário da Fazenda